

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS EM RELAÇÃO AO EXIGIDO PELO CPC 25

Luiz Eduardo Rocha Souza
Orientador: Prof. Dr. Thiago Alberto dos Reis Prado

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a evidenciação de provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol do Brasil, de acordo com o requerido pelo CPC 25. A pesquisa teve como amostra os 20 clubes de futebol que participaram da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de 2018. O período de análise compreendeu os anos de 2013 a 2018. A natureza desta pesquisa caracteriza-se como descritiva, quanto aos procedimentos metodológicos, se enquadra como documental e para a descrição do problema foi utilizada uma abordagem quantitativa. Os resultados obtidos demonstraram que os clubes de futebol do Brasil não evidenciam todos os itens relacionados a provisões e passivos contingentes conforme exigido pelo CPC 25, ressalta-se ainda que os itens de maior divulgação foram o valor contábil no início e no final do período e breve descrição da natureza da obrigação e os menos divulgados foram indicação de incertezas sobre o valor e o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo. No entanto, com o passar dos anos foi possível perceber um aumento nas evidenciações destes itens.

Palavras-chave: Provisões; Passivos Contingentes; Clubes de Futebol.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyse the disclosure of provisions and contingent liabilities of Brazilian soccer clubs, as required by CPC 25. The survey had as sample the 20 soccer clubs that participated in the first division of the 2018 Brazilian Championship. The period of analysis comprised the years 2013 to 2018. The nature of this research is characterized as descriptive, as the methodological procedures, fits as documentary and for the description of the problem a quantitative approach was used. The results show that Brazilian soccer clubs don't show all the items related to provisions and contingent liabilities as required by CPC 25, it is noteworthy that the most publicized items were the book value at the beginning and end of the period and short description of the nature of the obligation and the least disclosed were indications of uncertainties about the value and the increase during the period in the discounted value to present value arising from the passage of time. However, over the years it was possible to notice an increase in the disclosure of these items.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, considera-se que o estudo da contabilidade seja relevante para diversas áreas, entre elas o esporte. Segundo Becker Jr. e Samulski (1998), o esporte tem se constituído como um dos fenômenos socioculturais mais importantes do século XX, Rubio (2001) cita um trabalho de MacClancy em que foram apresentados dados que consideram o esporte, juntamente com o lazer e o turismo, como a terceira maior indústria em potencial do globo, perdendo apenas para o petróleo e indústria automobilística. Entretanto, pouco se tem estudado sobre a importância do estudo da contabilidade no âmbito esportivo, o referido tema

desperta o interesse não só dos investidores e credores, mas como também dos torcedores dos clubes de futebol e da sociedade como um todo.

De acordo com estudos de Araújo e Silva (2017) é fundamental a importância da contabilidade para os clubes de futebol, pois o que se percebe é que grandes clubes têm enfrentado um alto índice de endividamento, associados à falta de domínio financeiro e dificuldades administrativas. Parte desses endividamentos referem-se a itens subjetivos, que dependendo de julgamentos e estimativas por parte de gestores, podem ser contabilizados como provisões ou apenas aparecer em notas explicativas como passivos contingentes. Sobre estes itens, que fazem parte dos passivos das empresas, afirma Capelo (2018):

“No futebol e nas empresas. Conforme as ações judiciais vão sendo perdidas, a dívida admitida em balanço vai aumentando. Na verdade, ela sempre existiu. Só não tinha sido confessada. E aí fica a dúvida: qual será a dívida para valer?”

Para dar mais transparência em relação aos julgamentos e estimativas relacionados a provisões e passivos contingentes existe o Pronunciamento CPC 25, que estabelece o que as entidades devem divulgar e como devem fazer isso.

Apesar de existirem estudos sobre a divulgação de provisões e passivos contingentes de companhias abertas (SUAVE et al., 2013; FONTELES et al., 2013; BALDOÍNO e BORBA, 2015), não encontrou-se estudos que abordassem essa temática para clubes de futebol.

Diante disso, este estudo visou responder à seguinte indagação: ***Como os clubes de futebol brasileiro estão evidenciando as informações sobre suas provisões e passivos contingentes?***

Assim, o objetivo geral desse trabalho consiste em ***analisar a evidenciação de provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol do Brasil, de acordo com o requerido pelo CPC 25.***

Além disso, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) demonstrar o quanto que as provisões representam dos passivos totais dos clubes estudados;
- b) comparar as evidenciações das provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol do Brasil;
- c) verificar se os clubes de futebol do Brasil evidenciam suas provisões em concordância com o CPC 25.

Este estudo se justifica pela importância de demonstrar como estão sendo evidenciadas as informações acerca de provisões e passivos contingentes para que os usuários externos e reguladores possam se inteirar da real situação dos clubes e a aderência da evidenciação à norma contábil vigente, verificando se há omissões que possam comprometer a fidedignidade da informação reportada.

Este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção expõe o contexto da pesquisa e o objetivo do estudo. Na segunda seção disserta-se sobre provisões e passivos contingentes, estudos anteriores sobre a evidenciação de provisões e passivos contingentes e estudos anteriores sobre evidenciação de informações contábeis em clubes de futebol. A terceira seção refere-se aos procedimentos metodológicos. Na quarta seção apresenta-se a análise de dados e na quinta e última seção, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Provisões e passivos contingentes

Objetivando conduzir o processo de convergência, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com outras entidades, através da Resolução CFC nº

1.055/05, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tendo por finalidade de sua constituição estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, objetivando a convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão internacional.

Com as alterações da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, a convergência da Contabilidade Brasileira para a Contabilidade Internacional se tornou obrigatória. De acordo com o art. 3 previsto na Resolução CFC nº 1.055/05, o comitê passou a ter responsabilidade do estudo, da preparação e emissão de normas visando a convergência aos padrões internacionais de contabilidade (MARTINS et al., 2013).

Nesse sentido Niyama (2010), destaca que a contabilidade é tida como um recurso pelo qual os agentes buscam informações econômicas e de natureza financeira para as empresas, avaliando assim, o risco para a realização de algum tipo de investimento. Entre as normas emitidas pelo CPC, encontramos o CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, elaborada a partir de diretrizes vindas da International Accounting Standards (IAS) 37, emitida pela International Accounting Standards Board (IASB), que, a partir da norma ITG 2003 passou a estabelecer critérios específicos para as demonstrações contábeis dos clubes de futebol. Com isso, os clubes passaram a ter que elaborar suas evidenciações de provisões e passivos contingentes de acordo com a NBC TG 25, uma vez que a mesma deve ser aplicada por todas as entidades tanto na contabilização de provisões quanto na contabilização de passivos contingentes.

O objetivo do CPC 25 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, 2009) incide na aplicação dos critérios para o reconhecimento, a mensuração e evidenciação das provisões e dos passivos contingentes e ativos contingentes, permitindo assim, que os usuários das demonstrações contábeis tenham acesso a informações que sejam suficientes para avaliação das entidades.

Para Silva (2013), a finalidade das demonstrações contábeis é refletir a realidade econômica das empresas, entretanto, muitas informações de poder discricionário dos administradores podem permitir um gerenciamento do resultado, assim, as normas internacionais vêm para diminuir o nível de interferências nesses resultados. A meta do CPC 25 está em garantir que sejam adotados os critérios corretos para o reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões, dos passivos contingentes e ativos contingentes, e para que a evidenciação seja suficiente e oportuna, permitindo que os usuários interessados nas demonstrações contábeis entendam a sua natureza, oportunidade e valor (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2013).

Para o CPC 25 (CPC, 2009), há dois tipos de obrigações: obrigação legal, derivada de contrato, legislação ou ação de lei; e obrigação não formalizada, onde a entidade revela de forma clara que aceitará determinada responsabilidade, criando assim uma expectativa nas outras partes. Neste sentido, o CPC 25 destaca que os passivos necessitam ser avaliados periodicamente, para que seja possível estabelecer se a saída de recursos irá se tornar provável, pois caso haja essa possibilidade, é preciso reconhecer esse passivo nas demonstrações contábeis como provisões. (CPC, 2009).

Uma provisão deve ser reconhecida caso a entidade tenha uma obrigação legal ou não formalizada decorrente de um evento passado; se for provável o desembolso para liquidar a obrigação, e se puder ser estimado de modo confiável o valor da obrigação (MARTINS et al., 2013).

Segundo a orientação estabelecida pelos autores citados acima, quando houver uma obrigação provável e que possa ser mensurada com confiabilidade, deve-se reconhecer uma provisão e divulgar em nota explicativa. De acordo com Martins et al. (2013) caso a obrigação seja provável, porém não mensurável com confiabilidade ou apenas tida como possível, deve somente ser divulgada em nota explicativa como passivos contingentes.

2.2 Estudos anteriores sobre a evidenciação de provisões e passivos contingentes

O estudo de Suave et al. (2013) objetivou identificar se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. De maneira geral, na pesquisa supracitada, foi possível perceber que quanto aos itens solicitados pelo CPC 25, ficou claro um maior atendimento quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Logo, foi possível concluir pela diferença notada de uma empresa para outra na descrição da natureza das contingências que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade de fato.

Acrescenta-se a isso os autores Fonteles et al. (2013) que analisaram os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA, onde através dos resultados encontrados, foi possível perceber a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25, além disso, a divulgação das informações sobre provisões e contingências, apesar do caráter obrigatório, tem sido tratada de forma discricionária pelas companhias. Também foi possível chegar à conclusão de que as companhias maiores, pertencentes aos setores de energia elétrica e telecomunicações, divulgam mais informações relativas às provisões e contingências, enquanto as empresas com alta liquidez, presentes no setor de construção e no segmento de listagem tradicional, tendem a praticar o *disclosure* de informações de forma menos intensa.

Já os autores Baldoíno e Borba (2015) puderam contribuir com os estudos em que conseguiram identificar as características dos passivos contingentes e possíveis fatores que influenciam em sua significância nas empresas estrangeiras que negociam ações na bolsa de valores de Nova York (NYSE). E que com base em seus estudos, foi possível verificar que as empresas brasileiras tendem a evidenciar mais contingências que as demais devido à sua característica social mais conservadora que as empresas inglesas ou chinesas que são mais otimistas e que a maioria das contingências evidenciadas pelas empresas chinesas e inglesas são tributárias.

Vale pontuar, também, que Portella et al. (2015) abordaram a caracterização, contabilização e divulgação dos passivos contingentes e provisões nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto dos setores de alimentos e bebidas, energia, máquinas e equipamentos, metalurgia, têxtil e confecções, serviços públicos, saúde e materiais de construção de Santa Catarina, Brasil, no exercício findo de 2013. E de modo geral, através da pesquisa realizada, é possível concluir que o CPC 25 é realmente observado pelas empresas analisadas e, embora não sejam divulgadas todas as informações, através dos subsídios que foram fornecidos pelas empresas é possível se ter conhecimento básico a respeito das contingências passivas, como a proporção e representatividade, e a situação que as empresas se encontram nesse sentido. Assim, os usuários das Demonstrações das empresas analisadas têm auxílio para concluir e situar a empresa com relação às provisões e passivos contingentes.

Castro, Vieira e Pinheiro (2015) analisaram se há diferença na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na BM&FBOVESPA quanto na NYSE. No qual pode-se constatar que, de modo geral, foram encontradas diferenças na divulgação de contingências ativas e passivas nos relatórios, uma assimetria relacionada, principalmente, com a maior divulgação de informações e contingências no relatório 20F, que é o reportado para o mercado estadunidense. E suas principais divergências se referem à quantidade de contingência divulgada, ao nível de detalhamento das informações e à declaração de informações mais completas no relatório 20F. Com isso, é possível perceber um tratamento diferenciado das informações divulgadas ao mercado, o que gera uma assimetria entre as informações divulgadas no Brasil e nos EUA.

Por fim, ressalta-se a análise realizada por Prado, Ribeiro e Moraes (2019), que buscaram investigar a relação entre as características institucionais dos países de origem das empresas, que adotam IFRS, e a evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais. Onde foi possível perceber que o disclosure de provisões ambientais está relacionado com o fator construído pelas variáveis de interesse dos sistemas político, financeiro e cultural do país de origem das empresas, no entanto, em relação a passivos contingentes ambientais, não foi encontrada relação estatisticamente significativa.

2.3 Estudos anteriores sobre evidenciação de informações contábeis em clubes de futebol

Os autores Silva e Carvalho (2009) investigaram se existe relação entre evidenciação e desempenho. Segundo os resultados encontrados na pesquisa citada, foi possível visualizar que os clubes que melhor evidenciaram suas demonstrações eram também os que conseguiram melhores resultados em campo e os melhores resultados financeiros.

Já na análise de Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) sobre o nível de *disclosure* realizado pelos clubes brasileiros, pode-se ressaltar com seus estudos, que o nível de evidenciação está correlacionado ao tamanho dos clubes e capacidade de geração de benefícios econômico-financeiros e que após a inclusão de mecanismos obrigatórios pôde-se observar um aumento no volume de informações publicadas.

Segal, Prado e Silva (2015) identificaram o nível de aderência dos 20 clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2013 ao tratamento previsto na NBC ITG 2003, analisando o registro de atletas profissionais e amadores e sua evidenciação. Para confirmar a aderência as normas, foram analisados 16 aspectos relacionados ao registro e divulgação de gastos com formação de atletas, registro com formação de atletas em notas explicativas e sobre definições legais e tratamento previsto pela norma NBC ITG 2003. Os resultados mostram que 60% dos clubes atendem ao que está previsto na norma NBC ITG 2003, divulgando a maneira como contabilizam seus atletas. O São Paulo Futebol Clube se destaca, apresentando o maior nível de aderência a legislação e o melhor *full disclosure* para os usuários.

No que condiz à análise e pesquisa realizada por Souza et al. (2016) sobre a aderência à resolução CFC nº 1.429/13 na elaboração e evidenciação das Demonstrações Contábeis por clubes brasileiros, nota-se, nos resultados encontrados, a falta de uniformidade na apresentação das Demonstrações Contábeis pelos clubes de futebol devido à não observância aos preceitos estabelecidos na norma vigente.

Figueiredo, Santos e Cunha (2017), em seu estudo, identificaram o nível de evidenciação compulsória e voluntária dos clubes de futebol das séries A e B no que concerne aos aspectos de apresentação das demonstrações contábeis. Os resultados evidenciaram que a maioria dos clubes publicam suas demonstrações contábeis obrigatórias, contudo, muitas destas publicações são precedidas por parecer de auditoria com ressalvas devido à inobservância de algumas normas contábeis, o que compromete a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os clubes e a qualidade da informação divulgada. De modo geral, foi possível observar que muitos dos clubes de futebol não divulgam a maior parte de relatórios não compulsórios, uma vez que, mesmo os registros tidos como obrigatórios são desprezados e não divulgados de maneira completa. E a evidenciação das demonstrações contábeis nos clubes de futebol ainda é negligenciada, por vezes sendo desrespeitadas leis e normas vigentes referentes à publicação de dados contábeis. Com isso, pôde-se concluir que as informações divulgadas pelos clubes de futebol nas demonstrações contábeis e notas explicativas não respeitam o princípio do *full disclosure*.

Por fim, utilizando como base os autores Araújo e Silva (2017) e suas análises sobre como a contabilidade é aplicada em clubes de futebol através de publicações de periódicos de Ciências Contábeis ranqueados pela CAPES no período de 2007 a 2015, destaca-se que os resultados da pesquisa indicaram a pouca publicação sobre o tema e uma série de semelhanças de conteúdo e abordagem nos artigos encontrados, onde os mesmos tratavam basicamente sobre as demonstrações contábeis e deixavam praticamente de lado outras temáticas relevantes e singulares da Contabilidade aplicada em clubes de futebol, como a formação de custo do atletas de base, as necessidades de informações gerenciais dos gestores esportivos, as formas de mensuração dos atletas e a aplicação do teste de recuperabilidade (impairment) dos direitos sobre jogadores de futebol.

Por meio dos estudos anteriores sobre evidenciação de informações em clubes de futebol, foi possível perceber que nenhum desses estudos buscou analisar a evidenciação de provisões e passivos contingentes, que são informações importantes pois podem reduzir as incertezas dos usuários a respeito da real situação em que os clubes se encontram e é exatamente esta lacuna científica que o presente estudo visa preencher.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A temática aqui apresentada foi investigada por meio de uma pesquisa de natureza descritiva. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa busca descrever uma situação em detalhes, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo.

A pesquisa foi realizada com os 20 clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2018 conforme classificação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Amostra essa que se justifica por se tratar dos clubes com maior visibilidade midiática, além de se tratar do principal campeonato esportivo do país.

O período de análise correspondeu aos exercícios financeiros de 2013 a 2018, pois a norma ITG 2003 para as entidades desportivas profissionais entrou em vigor a partir de 2013.

Os dados necessários para a análise foram coletados nas Demonstrações Financeiras encontradas nos sítios eletrônicos dos clubes. A relação dos clubes componentes da amostra segue na Tabela 01.

Quadro 01 – Clubes de futebol da série A do campeonato brasileiro de 2018

Equipes	Estado
América Mineiro	Minas Gerais
Athlético Paranaense	Paraná
Atlético Mineiro	Minas Gerais
Bahia	Bahia
Botafogo	Rio de Janeiro
Ceará	Ceará
Chapecoense	Santa Catarina
Corinthians	São Paulo
Cruzeiro	Minas Gerais
Flamengo	Rio de Janeiro
Fluminense	Rio de Janeiro
Grêmio	Rio Grande do Sul
Internacional	Rio Grande do Sul
Palmeiras	São Paulo
Paraná	Paraná
Santos	São Paulo
São Paulo	São Paulo

Sport	Pernambuco
Vasco da Gama	Rio de Janeiro
Vitória	Bahia

Fonte: elaborado pelo autor.

Para a coleta e análise de dados, foi utilizada a técnica análise de conteúdo nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras anuais publicadas pelos clubes. Tal técnica, segundo Milne e Adler (1999), é um dos métodos de pesquisa mais comumente usados para a avaliação da evidência de informações das entidades e consiste na codificação do conteúdo manifesto nas comunicações, como demonstrações financeiras, em vários grupos ou categorias, de acordo com estruturação prévia, de maneira sistemática e objetiva.

Desta maneira, foram coletadas informações quantitativas sobre as provisões e passivos contingentes, para verificar a materialidade delas, conforme objetivos específicos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Foi analisado o que é divulgado pelos clubes e a conformidade da divulgação com o disposto no CPC 25. No quadro 02, apresentam-se os itens analisados no estudo.

Quadro 02 – Itens relacionados a provisões e passivos contingentes analisados

Provisões
O valor contábil no início e fim do período
Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes
Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício
Valores não utilizados e revertidos durante o período
O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo.
Breve descrição da natureza da obrigação
Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos
Passivos Contingentes
Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)
Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1 Visão geral da evidência dos clubes

Na tabela 01, apresentam-se os percentuais médios de evidência de provisões e passivos contingentes pelos clubes de futebol do Brasil.

Tabela 01 – Percentual médio de evidência durante o período analisado

Clubes	Percentual Médio de Evidência durante o período analisado
Botafogo	66,67%
Athletico Paranaense	65,00%
Bahia	65,00%
Palmeiras	65,00%

Fluminense	63,33%
Santos	61,67%
São Paulo	58,33%
Atlético Mineiro	55,00%
Corinthians	55,00%
Internacional	53,33%
Paraná	53,33%
Sport	53,33%
Flamengo	51,67%
Grêmio	50,00%
Vitória	50,00%
Chapecoense	46,00%
Vasco da Gama	33,33%
América Mineiro	31,67%
Cruzeiro	23,33%
Ceará	0,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme exposto na referida tabela, dentre os 20 clubes analisados, o clube que mais evidenciou provisões e passivos contingentes foi o Botafogo, com 66,67% dos itens analisados, seguido por Athletico Paranaense, Bahia e Palmeiras, todos com 65% dos itens analisados, resultados estes que divergiram dos encontrados no estudo de Segal, Prado e Silva (2015), no qual os clubes que mais evidenciaram informações foram o São Paulo, Santos e Flamengo.

Por outro lado, o clube que apresentou a menor quantidade de informações foi o Ceará, com nenhuma evidenciação, seguido por Cruzeiro e América Mineiro, com 23,33% e 31,67% respectivamente, já no estudo de Segal, Prado e Silva (2015), os clubes que menos evidenciaram informações foram Ponte Preta, Vasco da Gama e Vitória, ressaltando ainda que, no estudo citado foram analisadas outros tipos de informações diferentes de provisões e passivos contingentes.

4.2 Itens mais evidenciados pelos clubes com relação a provisões e passivos contingentes

Na Tabela 02, apresentam-se os percentuais médios de divulgação por item analisado, em relação às provisões. Nela, nota-se que alguns itens foram divulgados por quase todos os clubes, em quase todos os períodos (os 2 primeiros). No entanto, outros itens foram divulgados por poucos clubes, apesar de serem exigidos por normas de reporte.

Tabela 02 – Percentual médio de divulgação de provisões por item analisado

Informações	Percentual de Divulgação de Provisões pelos Clubes
O valor contábil no início e no fim do período	96,30%
Breve descrição da natureza da obrigação	92,59%

Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes	77,78%
Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício	62,96%
Valores não utilizados e revertidos durante o período	12,96%
Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos	5,55%
O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo.	0,01%

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação a divulgação de provisões pelos clubes, os itens mais divulgados foram: (i) o valor contábil no início e no fim do período; (ii) breve descrição da natureza da obrigação; e (iii) provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes.

Os itens menos divulgados foram: (i) valores não utilizados e revertidos durante o período; (ii) indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos; e (iii) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo, resultados estes que convergiram com os encontrados no estudo de Prado, Ribeiro e Moraes (2019).

Na Tabela 03, apresentam-se os percentuais médios de divulgação por item analisado, em relação aos passivos contingentes. Nela, nota-se que os percentuais são inferiores, em relação às Provisões.

Tabela 03 – Percentual médio de divulgação de passivos contingentes por item analisado

Informações	Percentual de Divulgação de Passivos Contingentes pelos Clubes
Uma breve descrição da natureza do passivo contingente	72,22%
A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)	68,52%
Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	18,52%

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere a divulgação de passivos contingentes pelos clubes, os itens mais divulgados foram: (i) uma breve descrição da natureza do passivo contingente; e (ii) a estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado).

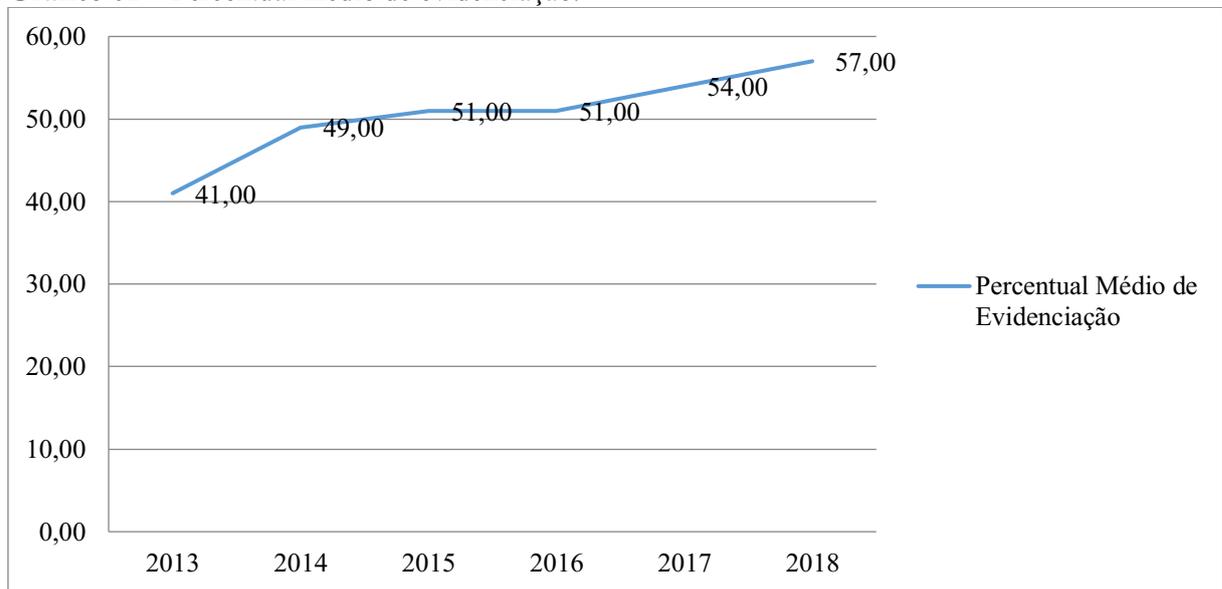
Em contrapartida o item menos divulgado foi a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.

Estes resultados corroboram com os resultados encontrados no estudo de Prado, Ribeiro e Moraes (2019), no entanto, os percentuais de divulgação de passivos contingentes encontrados no presente estudo foram bastante superiores aos encontrados no estudo de Prado, Ribeiro e Moraes (2019), o que mostra que os clubes de futebol estão evidenciando mais informações relacionadas a passivos contingentes do que as companhias de setores que exploram o meio ambiente com maior intensidade.

4.3 – Períodos de maior divulgação pelos clubes

O ano de maior divulgação de informações relacionadas a provisões e passivos contingentes pelos clubes de futebol foi o ano de 2018, e o ano de menor divulgação foi o ano de 2013. Resultado coerente com a “aprendizagem” na aplicação de normas exigidas.

Gráfico 01 – Percentual médio de evidenciação.



Com isso, conforme ilustrado no gráfico acima, é possível perceber que a evidenciação das informações pelos clubes foi aumentando constantemente durante o período analisado, sendo que, em 2013 o percentual médio de evidenciação foi de 41% e em 2018 o mesmo subiu para 57%.

4.4 Materialidade das provisões

Na tabela 04, apresentam-se os percentuais médios de materialidade das provisões dos clubes de futebol do Brasil. Para encontrar a materialidade das provisões foi dividido o valor total das provisões pelo valor total dos passivos dos clubes em cada ano analisado.

Tabela 04 - Percentual médio de materialidade das provisões

Clubes	Percentual Médio de Materialidade das Provisões
Paraná	63,44%
Fluminense	16,68%
Botafogo	14,66%
Bahia	13,97%

Vitória	12,44%
Vasco da Gama	12,31%
Flamengo	11,14%
Chapecoense	8,97%
América Mineiro	6,34%
Sport	5,92%
Santos	5,82%
Grêmio	5,57%
Palmeiras	4,25%
Internacional	3,80%
Atlético Mineiro	3,43%
Athletico Paranaense	3,09%
São Paulo	3,09%
Cruzeiro	2,72%
Corinthians	0,87%
Ceará	0,00%

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange à materialidade, conforme exemplificado na tabela 06, os clubes em que as provisões apresentam maior representatividade dentro dos passivos totais foram o Paraná, com média de 63,44%, seguido por Fluminense com 16,68% e Botafogo com 14,66%.

Os clubes com menor materialidade das provisões foram o Athletico Paranaense e o São Paulo, ambos com média de 3,09%, seguidos por Cruzeiro com 2,72% e Corinthians com 0,87%.

O clube Ceará ficou com 0% de materialidade das provisões, uma vez que não foi encontrada nenhuma evidenciação de provisões e passivos contingentes pelo mesmo durante o período analisado.

Através desta análise, foi possível perceber que, com exceção ao clube Botafogo, os demais clubes que mais evidenciaram provisões e passivos contingentes não estão entre os clubes que possuem maior materialidade de suas provisões. Isso pode indicar que a baixa conformidade à norma de evidenciação não está relacionada à materialidade das obrigações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a evidenciação de provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2018, de acordo com o requerido pelo CPC 25.

De acordo com os resultados obtidos, pôde-se perceber que treze dos vinte clubes analisados evidenciaram mais de 50% dos itens relacionados a provisões e passivos contingentes exigidos pelo CPC 25 e que os clubes que mais evidenciaram foram Botafogo, Athletico Paranaense, Bahia e Palmeiras.

Foi possível verificar também que, a materialidade das provisões tem valores que podem ser relevantes dentro dos passivos totais dos clubes, logo, essas provisões, pela subjetividade inerente à estimativa, devem ser melhor evidenciadas para reduzir as incertezas dos usuários das informações contábeis, de itens que podem ser relevantes.

Portanto, o presente estudo contribuiu para preencher a lacuna científica presente nos estudos anteriores, uma vez que nenhum deles analisou as provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol e essas informações podem ser relevantes para investidores, credores e

torcedores em geral. Destaca-se que os resultados do presente estudo mostram que a realidade dos clubes, no tocante às informações evidenciadas, é similar às companhias abertas, com problemas de conformidade (PRADO; RIBEIRO; MORAES, 2019).

O estudo teve algumas limitações, tais como a subjetividade inerente à técnica análise de conteúdo, amostra não probabilística e ausência de informações em alguns clubes, uma vez que não foi possível encontrar as demonstrações financeiras de alguns anos dos clubes Ceará, Chapecoense, Paraná, Sport e Vitória.

Como estudos futuros, sugere-se verificar quais são os fatores que estão relacionados aos níveis de materialidade de provisões dos clubes de futebol, verificando se existe viés no seu reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, O. N.; SILVA, F. J. D. A contabilidade aplicada em clubes de futebol, com ênfase em ativos intangíveis: estudo a partir de publicações em periódicos de ciências contábeis ranqueados pela CAPES, no período de 2007 a 2015. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 23, p. 1-17, 2017.
- BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, p. 58-81. 2015.
- BECKER JUNIOR, B.; SAMULSKI, D. M. **Manual de treinamento psicológico para o esporte**. Porto Alegre: Feevale, 1998.
- CAPELO, R. **As finanças do futebol pioram em 2017: clubes brasileiros faturam menos e devem mais**. [online] Disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2018/05/financas-do-futebol-pioram-em-2017-clubes-brasileiros-faturam-menos-e-devem-mais.html?fbclid=IwAR2sWwFfL6jOZ0fZMhtM45qobpzQbFQE-kGFC4aNbtkx2ff-RqEJ11SA0sg>
- CASTRO, M. C. C. S.; VIEIRA, L. K.; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa e na Nyse. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 52-69, mai. /ago. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 25**. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: 2009.
- ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Análises sobre o IFRS no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIGUEIREDO, G. H.; SANTOS, V. D.; CUNHA, P. R. Práticas de evidenciação em entidades desportivas: um estudo nos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p. 1-21, jan. /abril. 2017.
- FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 06, n. 4, p. 85-98, set. /dez. 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- MILNE, M. J.; ADLER, R. W. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 2, p. 237-256, 1999.
- NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PRADO, T. A. R.; RIBEIRO, M. S.; MORAES, M. B. C. Características institucionais dos países e práticas de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais: um estudo internacional. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 12, n. 1, p. 65-81, 2019.
- PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; ELIAS, T. M.; LORANDI, J. A. Passivos Contingentes: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de santa catarina, brazil. **Revista Iberoamericana de Contabilidad e Gestion**, vol. 13, n. 25, p. 1-20, jan. /jun. 2015.
- REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SALGADO, A. L. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 2, p. 36-50, mai. /ago. 2010.
- RUBIO, K. **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 55-65.
- SEGAL, E. A.; PRADO, T. A. R.; SILVA, M. A. NBC ITG 2003 – Um estudo sobre a evidenciação de informações relacionadas a atletas nas demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros no ano de 2013. *In*: CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 1., 2015, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2015.
- SILVA, J. A. F.; CARVALHO, F. A. A. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 6, p. 96-116, mai. /ago. 2009.
- SILVA, R. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SOUZA, A. G.; SOUSA, W. D.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; BERNARDES, J. R. Disclosure em demonstrações financeiras: um estudo sobre o nível de evidenciação contábil de clubes de futebol brasileiros no ano de 2013. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 3, p. 1-19, set. /dez. 2016.
- SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEPE**, v. 1, n. 11, p. 1-17, jan. /jul. 2013.